

PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) NO ÂMBITO DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ.

SILVA, R.T.¹

FOLEGATTI, M.V.²

SANTOS, D.G.³

RESUMO. O presente trabalho tem como objetivo evidenciar mecanismos inovadores para a gestão dos recursos hídricos, até então inexistentes em Planos de Bacias Hidrográficas. De forma pioneira os Comitês das Bacias PCJ trazem a possibilidade de implantação de projetos no contexto de programas conservacionistas que contemplem Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) relacionados à água. Enfocando o setor rural, com a hipótese de recursos financeiros provenientes da Cobrança Pelo Uso da Água Bruta estarem sendo aplicados em PSA, tais programas passam a elucidar e justificar seus mais importantes objetivos como instrumento de gestão, ou seja, conscientizar agricultores para a utilização racional de mananciais, funcionando como um elemento educativo no combate ao desperdício e poluição difusa rural. Por suas atribuições, a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ buscou proposições com conseqüente apontamento de alternativas viáveis para o aproveitamento do potencial de agricultores na contribuição para o processo de conservação e recuperação ambiental de áreas agrícolas. Enaltecendo a importância dos PSA, os Comitês PCJ, através de seu Plano de Bacias, inovaram o paradigma de gestão de recursos hídricos.

PALAVRAS-CHAVE. Cobrança pelo uso da água bruta; serviços ecossistêmicos; gestão de bacias hidrográficas.

PAYMENTS FOR ENVIRONMENTAL SERVICES (PES) IN THE SCOPE OF THE PIRACICABA, CAPIVARI AND JUNDIAÍ WATERSHEDS COMMITTEES.

ABSTRACT. The objective of this work is to evidence innovative mechanisms for the water resource management, until then inexistent in watershed plans. As pioneering the PCJ Watersheds Committees bring the possibility of implanted projects in the scope of conservation programs with Payments for Environmental Services (PES). With focus on rural sector and assuming to apply deriving money of the raw water use charge in PES, these programs elucidate and justify its more important objectives as management instrument, acquiring knowledge peasant for the rational use of sources, and acting as educative element against wastefulness and the rural diffuse pollution. For its attribution, the Ruralness Water Use and Conservation Technical Chamber /PCJ Committees shearched proposal pointing good alternatives with respect to the conservation and environmental recovery involving the peasant contribution. PCJ Committees had improved the water resource management standard for its watershed plan increasing PSE proposal.

KEYWORDS. Raw water use charge; ecosystems services; watershed management.

INTRODUÇÃO

Os sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) ou Ecosistêmicos (PSE) têm princípio básico no reconhecimento de que o meio ambiente fornece gratuitamente uma gama de bens e serviços que são de interesse direto ou indireto do ser humano, permitindo sua sobrevivência e seu bem-estar (GELUDA & YOUNG, 2005). Porém, o modelo socioeconômico vigente é predominantemente degradante ao meio ambiente, o que vem enfraquecendo o potencial da natureza de oferecer esses serviços. O desafio recente está na busca por soluções inovadoras para este problema, e entre elas existem os sistemas de pagamento por serviços ecosistêmicos como uma das principais opções (PAGIOLA & PLANTIS, 2003).

Como exemplo pioneiro destes mecanismos, observa-se na Costa Rica - América Central, um crescente avanço sobre as políticas para o desenvolvimento de mercados de serviços ambientais e os excelentes resultados na questão de proteção, reflorestamento e número de beneficiados direta e indiretamente (RODRÍGUEZ, 2006).

Como experiência diferenciada no Brasil, LOUREIRO (2006) expõe sobre os mecanismos de funcionamento de PSA com recursos advindos do ICMS Ecológico no Estado do Paraná, enaltecendo os bons resultados já alcançados e as perspectivas futuras. Ainda no aspecto inovador, VON GLEHL (2006) expõe que o Programa de Recuperação de Matas Ciliares da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo tem como objetivo desenvolver instrumentos para que a recuperação de matas ciliares ocorra em grande escala. Neste contexto MAY (2006), ao comentar sobre os problemas de mau uso do solo, regulação do fluxo d'água e controle de erosão, destaca a urgência em se estabelecer mecanismos de incentivos aos produtores rurais para que exerçam o papel de reais protetores dos recursos naturais.

Como análise preliminar, 120 mil quilômetros de curso d'água do Estado de São Paulo não dispõem de vegetação ciliar, decorrendo em um crescente processo de erosão e comprometimento da qualidade de água (VON GLEHL, 2006). As perdas de solo no Brasil, devido à erosão, são estimadas em 500 milhões de toneladas de terra/ano. Destas, as perdas dos principais fertilizantes são estimadas em 0,10% N, 0,15% P (P₂O₅) e 1,5% K (K₂O), ou seja, um total estimado em 8 milhões de toneladas destes elementos (LANNA, 2005). Os níveis de poluição difusa no meio rural são alarmantes sendo potencializados pela sedimentação nos mananciais. Os produtores rurais, ao tomarem suas decisões sobre o tipo de uso e manejo do solo, desconsideram os impactos que esses processos impõem aos outros usuários e ao meio ambiente (BAUMOL & OATES, 1979). Além disso, a poluição difusa é um problema mais complexo e elusivo do que a poluição pontual, e os instrumentos desenvolvidos para o controle de uma, não necessariamente se aplicam à outra (RIBAUDO et al., 1999). Entretanto, a experiência recente tem demonstrado que o controle da poluição difusa é mais eficaz quando políticas de incentivo, como aquela do “provedor-recebedor”, são usadas no lugar de instrumentos coercitivos, tais como o “poluidor-pagador” (CLAASSEN et al., 2001). VON GLEHL (2006) acresce que cerca de 80% das áreas rurais do Estado de São Paulo são de domínio privado e quanto maior a aptidão agropecuária menor é a aptidão para a geração de serviços ambientais. Salienta que os instrumentos de comando e controle não serão suficientes para resolver o problema de envolvimento de agricultores em programas conservacionistas. Conclui, portanto, sobre a necessidade de se viabilizar mecanismos de PSA como forma alternativa na busca de um novo padrão de gerenciamento ambiental.

Apesar da atual legislação sobre recursos hídricos incentivar a gestão descentralizada da água, bem como a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo, não há, nessa Lei, um tratamento específico para a poluição difusa de origem rural (MARTINI & LANNA, 2003). Contudo, (MAY 2006) faz menção de que atual experiência em PSA envolvendo recursos

provenientes da parceria entre a Petrobras Ambiental, Ibama e o Instituto Terra Azul, poderão trazer perspectivas para o estabelecimento de uma nova política nacional envolvendo PSA.

Segundo CHAVES (2004) a Agência Nacional de Águas dispõe do Programa do “Produtor de Água” - programa conservacionista que apresenta como premissa as novas tendências mundiais em programas agro-ambientais, trazendo em sua metodologia a proposta de incentivos financeiros proporcionais aos benefícios relativos ao abatimento da sedimentação em áreas rurais.

MATERIAL E MÉTODOS

Considerando os exemplos e as perspectivas promissoras de Programas Conservacionistas envolvendo PSA, a CT-Rural buscou aproximação com a Agência Nacional de Águas – ANA culminando na apresentação do Programa do “Produtor de Água” (ANA, 2003) no âmbito de suas discussões, deliberando aprovação dos propósitos apresentados (CT-RURAL, 2006).

Dando prosseguimento ao tema, SILVA (2006) expôs em discussões sobre a elaboração da metodologia do Plano de Bacias do quadriênio 2008-2011 dos Comitês PCJ, a proposta de aceitação do princípio “provedor-recebedor”, com o intuito de se permitir a formação de parcerias e a aplicação de Pagamentos por Serviços Ambientais relacionados com a água, ressaltando-os como imprescindíveis e urgentes para a gestão de áreas rurais degradadas – proposta encaminhada previamente para a Câmara Técnica do Plano de Bacias CT-PB / PCJ.

Paralelamente, tendo como meta elucidar proposta de implantação de projeto-piloto do Programa do “Produtor de Água” nas Bacias PCJ, SANTOS (2006) por articulação da CT-Rural apresentou em reunião da Câmara Técnica de Planejamento - CT-PL a metodologia e os objetivos do Programa, bem como a possibilidade de se constituir parceria entre a Agência Nacional de Águas - ANA, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SMA, a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento - SAA e a TNC (The Nature Conservancy) para angariar apoio técnico e recursos financeiros em futura operacionalização do PPA em microbacias hidrográficas estratégicas no PCJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Deliberação 051/06 aprovada na 4ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês PCJ altera a redação do Plano das Bacias 2004/2007 com a inclusão de Ação Específica no Plano de Duração Continuada (PDC-4). O PDC-4 refere à Conservação e Proteção dos Corpos de Água – CPCA, que prevêem incentivos e ações de recomposição da vegetação ciliar e de topos de morros, da cobertura vegetal da bacia hidrográfica e de fomento para disciplinar o uso do solo, rural e urbano. Passou a vigorar, a partir de 28 de setembro de 2006, o PDC- 4 com a nova Ação Específica de Curto Prazo cujo texto encontra-se no seguinte formato: Implantar Projetos Piloto do Programa do “Produtor de Água” proposto pela Agência Nacional de Águas, ou similar, contemplando parcerias e as recomendações previstas no princípio “provedor-recebedor”.

A aprovação da Deliberação 051/06 considerou, e teve como ponto de partida, os entendimentos iniciais estabelecidos entre a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural - CT-Rural / PCJ, a Agência Nacional de Águas - ANA, a Secretaria Estadual do Meio

Ambiente – SMA e a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento – SAA, sobre a possibilidade de se firmarem parcerias para a implantação de projeto piloto nas Bacias PCJ. A CT-Rural, portanto, com a intenção de contribuir para o aprimoramento do Plano das Bacias PCJ 2004/2007, empenhou-se na proposta de implementação de mecanismos alternativos e inovadores para a gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ voltados ao relacionamento com os proprietários rurais, ou seja, tendo em conta os Pagamentos por Serviços Ambientais – proposta aprovada pela Câmara Técnica de Planejamento CT-PL / PCJ em 28 de setembro de 2006.

Recursos financeiros provenientes da Cobrança pelo Uso da Água Bruta evidentemente são disponibilizados aos setores usuários para o financiamento de empreendimentos previamente hierarquizados pelos Comitês PCJ, sendo que uma das vertentes para a captação desses recursos obedece ao critério de pontuação de projetos enquadrados nos Programas de Duração Continuada (PDCs) conforme estabelecidos no Plano de Bacias. Porém quanto ao setor usuário rural, mesmo podendo ser os Sindicatos Rurais tomadores desses recursos, seria utópico admitir que pequenos e médios agricultores frente ao processo de hierarquização de empreendimentos apresentem condições técnicas e de competitividade na busca da classificação de projetos, evidenciando um cenário intangível ao setor rural no engajamento do processo de conservação e recuperação ambiental com os recursos da cobrança.

É por este aspecto que os propósitos dos Pagamentos por Serviços Ambientais na esfera dos Comitês PCJ se justificam como elemento alternativo e essencial para o gerenciamento de suas bacias hidrográficas, afinal, no entendimento de que para se alcançar resultados conservacionistas que perdurem ao longo do tempo, são imprescindíveis as considerações sobre o potencial de contribuição inerente aos produtores rurais como protagonistas da preservação ambiental em suas propriedades. No entanto, para que estes produtores em sua grande maioria possam assumir responsabilidades conservacionistas no papel de provedores de benefícios ambientais, torna-se irrefutável a importância de uma política diferenciada, de estímulos sociais e financeiros que contribuam para o cumprimento das exigências da legislação florestal e os viabilizem adotar práticas agrícolas que promovam uma maior infiltração da água no solo e um maior controle da poluição difusa rural, dentre outros aspectos.

Neste contexto, os PSA surgem com a possibilidade de se garantir o fluxo contínuo de serviços ambientais através da articulação entre os provedores e beneficiários. Entretanto, para que possam funcionar e assegurar bons resultados em longo prazo torna-se necessária a existência de uma fonte financeira que assegure, de forma ininterrupta, a manutenção dos propósitos ambientais do Programa Conservacionista no horizonte temporal previsto em sua operacionalização. É prudente aceitar, portanto, que o advento da Cobrança pelo Uso da Água Bruta nas Bacias PCJ iniciada em janeiro de 2006 (para os rios federais) possa absorver os Pagamentos por Serviços Ambientais nas Bacias PCJ.

CONCLUSÕES

Pela iniciativa e articulações da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural, os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá incorporaram o esquema de Pagamentos por Serviços Ambientais na metodologia de seu Plano de Bacias, aperfeiçoando o paradigma de gestão de bacias hidrográficas pela oportunidade inédita de compartilhamento ofertada ao setor rural no resgate e aplicação de recursos financeiros arrecadados pela Cobrança pelo Uso da Água Bruta, com conseqüente possibilidade de aproveitamento de seu potencial de contribuição na marcha para a preservação e recuperação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Manual Operativo do Programa “Produtor de Água”. ANA, Brasília, 65 p., 2003.

BAUMOL, W.J; OATES, W.E. Economics, environmental policy, and the quality of life. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NJ, 1979.

CBH-PCJ e PCJ FEDERAL – Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. DELIBERAÇÃO CONJUNTA DOS COMITÊS PCJ n° 051/06. Disponível em: <http://www.comitepcj.sp.gov.br/ComitePCJ.asp>. Acesso em: 29 set. 2006.

CHAVES, H. M. L. Quantificação dos benefícios ambientais e compensações financeiras do Programa do Produtor de Água: Aplicação. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, v.9, n.3, p.15-21. 2004.

CLAASSEN, R.; HANSEN, L.; PETERS, M.; BRENNEMAN, V.; WEINBERG, M.; CATTANEO, A.; FEATHER, P.; GASBY, D.; HELLERSTEIN, D.; HOPKINS, J.; JOHNSTON, P.; MOREHART, M.; SMITH, M. Agri-environmental policy at the crossroads: Guideposts on a changing landscape. USDA ERS Report No. 794, Washington, 67 p., 2001.

CT-RURAL – 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL. Agosto, 2006. Disponível em: <http://www.comitepcj.sp.gov.br/CT-Rural/Rural-Atas.htm>. Acesso em: 03 set. 2006.

GELUDA, L. ; YOUNG, C. E. F. Pagamentos por serviços ecossistêmicos previstos na lei do SNUC - teoria, potencialidades e relevância. In: III SIMPÓSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS, 2005, Pelotas. III Simpósio de Áreas Protegidas, 2005.

LANNA, A.C. Impacto ambiental da cultura do feijão. EMBRAPA Arroz e Feijão. out.2005
Disponível em:
<http://www.cnpaf.embrapa.br/eventosenoticias/anteriores/anteriores2005/051017.htm>. Acesso em: 05 out. 2006.

LOUREIRO, W. Uso de mecanismos fiscais em prol da conservação ambiental – o caso do ICMS Ecológico do Paraná. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, 2006, São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2006. Fita VHS.

MARTINI, L.C.; LANNA, A.E. Medidas compensatórias aplicáveis á questão da poluição hídrica de origem agrícola. Revista da ABRH, v.8, n.1, p.111-136, 2003.

MAY, P.H. Implantação do Código Florestal e Pagamentos por Serviços Florestais por Usuário de Água. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, 2006, São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2006. Fita VHS.

PAGIOLA, S. e PLATIS, G. Pagos por servicios ambientales. In: TERCER CONGRESO LATINOAMERICANA DE MANEJO DE CUENCAS HIDROGRÁFICAS - Foro Regional Sobre Sistemas de Pago por Servicios Ambientales, 9-12 junho, 2003, Arequipa, Peru.

SERAPHIM, O.J.; TARGA, L.A.; PIEDADE JÚNIOR, C. Cálculo mecânico em sistema monofilar com retorno por terra (MRT), para eletrificação rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA, 18., 1989, Recife. Anais... Jaboticabal: Associação Brasileira de Engenharia Agrícola, 1992. p.1002-21.

RIBAUDO, M.O.; HORAN, R.D.; SMITH, M.E. Economics of water quality protection from non-point sources: Theory and practice. USDA – ERS. Report, n.782, Washington, 1999.

RODRÍGUEZ, C.M. Mercados de Biodiversidade e Experiência da América Central. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, 2006, São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2006. Fita VHS.

SANTOS, D.G. Proposta de Experiência Piloto do Programa Produtor de Água. 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO CT-PL DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (apresentação oral). Prefeitura Municipal de Extrema - Oficina Ambiental – MG, setembro, 2006. Disponível em <http://www.comitepcj.sp.gov.br/CT-PL/PL-Atas.htm>. Acesso em 30 set. 2006.

SILVA, R.T. 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL. Setembro, 2006. (coordenação substitutiva). Disponível em: <http://www.comitepcj.sp.gov.br/CT-Rural/Rural-Atas.htm> Acesso em: 01 out.2006.

VON GLEHL, H.C. Projeto de Recuperação de Matas Ciliares do Estado de São Paulo. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, 2006, São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2006. Fita VHS.